

COLÉGIO PEDRO II

Pró-reitora de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura
Especialização Lato sensu Teorias e Práticas da Geografia
Escolar

Clara Maria Ribeiro Consort Fortunato

POR OUTRAS GEOGRAFIAS:

Potencialidades das cartas públicas de protesto dos povos
indígenas da Amazônia enquanto repertórios didáticos na
geografia escolar

Rio de Janeiro
2022



Clara Maria Ribeiro Consort Fortunato

POR OUTRAS GEOGRAFIAS:

Potencialidades das cartas públicas de protesto dos povos indígenas da Amazônia
enquanto repertórios didáticos na geografia escolar

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de artigo científico apresentado à Especialização Lato Sensu Teorias e Práticas da Geografia Escolar vinculada à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Teorias e Práticas da Geografia Escolar

Orientador Prof. M.e. Pedro Bernardes Pinheiro

Rio de Janeiro
2022

COLÉGIO PEDRO II
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA
BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER
CATALOGAÇÃO NA FONTE

F745 Fortunato, Clara Maria Ribeiro Consort

Por outras geografias: potencialidades das cartas públicas de protesto dos povos indígenas da Amazônia enquanto repertórios didáticos na geografia escolar / Clara Maria Ribeiro Consort Fortunato. - Rio de Janeiro, 2022.

33 f.

Artigo científico apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Teorias e Práticas da Geografia Escolar) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura.

Orientadora: Pedro Bernardes Pinheiro.

1.Geografia – Estudo e ensino. 2. Indígenas da América do Sul – Amazônia. 3. Reservas indígenas. 4. Conflito social – Amazônia. 5. Ativistas indígenas – Amazônia. I Pinheiro, Pedro Bernardes. II. Colégio Pedro II. III Título.

CDD 910

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone Alves – CRB7 5692.

Clara Maria Ribeiro Consort Fortunato

POR OUTRAS GEOGRAFIAS:

Potencialidades das cartas públicas de protesto dos povos indígenas da Amazônia enquanto repertórios didáticos na geografia escolar

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de artigo científico apresentado ao Curso de Especialização Lato Sensu Teorias e Práticas da Geografia Escolar vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Teorias e Práticas da Geografia Escolar

Aprovado em: 29/08/2022.

Banca Examinadora:

Prof. M.e. Pedro Bernardes Pinheiro (Orientador)

Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ/ Professor do Departamento de Geografia do Colégio Pedro II

Prof. Dr. Ana Claudia Carvalho Giordani

Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS/ Professora do Departamento e do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense -UFF.

Prof. M.e. Marcus Vinicius Gomes

Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ/ Professor do Departamento de Geografia do Colégio Pedro II

Rio de Janeiro
2022

POR OUTRAS GEOGRAFIAS:

Potencialidades das cartas públicas de protesto dos povos indígenas da Amazônia enquanto repertórios didáticos na geografia escolar

Clara Maria Ribeiro Consort Fortunato

RESUMO

No presente artigo, apresentamos a construção de um caminho de ensino das geografias dos povos indígenas da Amazônia em evidência a partir dos repertórios coletivos de luta desses povos, mais especificamente, por meio das geografias das cartas públicas produzidas pelos movimentos sociais indígenas como forma de protesto e diálogo com o Estado e a sociedade. Selecionamos três cartas públicas produzidas entre 2019-2021 e construímos caminhos didáticos para a identificação das principais demandas e repúdios presentes nesses documentos, assim como, as principais marcações étnicas e territoriais mobilizadas como forma de problematizar a lógica extrativista atuante nos territórios indígenas e ressaltar as territorialidades em r-existências sensibilizadas enquanto estratégias de lutas. De forma a contribuir com a circularidade das vozes indígenas expressas a partir das cartas públicas o nosso objetivo gira em torno da elaboração de uma sequência didática pautada nas geografias dos povos indígenas como forma de produzir outras metodologias de ensino sobre a formação territorial brasileira, população brasileira, conflitos territoriais e o direito à diferença.

Palavras-chave: geografia Escolar; cartas Indígenas; conflito Territorial; Amazônia.

1. INTRODUÇÃO

Ao longo dos últimos 521 anos os povos pindorâmicos¹ r-existem². Povos esses, múltiplos, povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, varzeiros, povos e comunidades tradicionais que têm em comum o sentido de pertencimento coletivo pautado na relação com a terra – território. Sentido este, fundamentado a partir de distintas cosmologias e representações simbólicas de uma relação cíclica de significação e pertencimento à natureza produzida através de distintas práticas, experiências e saberes constituintes e constituídos pela reprodução cotidiana da vida.

O apagamento de suas vozes e existências são práticas estruturantes das sociedades hegemônicas modernas. A modernidade, eurocentrada, linear, catalisadora de processos de expropriação e de práticas de dominação vêm promovendo o racismo - política de morte - enquanto pilar estruturante do colonialismo que se perpetua na atualidade a partir da colonialidade do saber, do ser e da natureza (CASTRO-GÓMEZ, 2005) impostas aos povos indígenas brasileiros.

Tendo em vista a colonialidade intrínseca à dimensão histórica e geográfica eurocentrada da educação brasileira e de seu reflexo no currículo e nas práticas de ensino, se faz necessária, a ampliação da capacidade de reconhecimento de múltiplas geografias. Precisamos construir novas metodologias e linguagens que estejam vinculadas às experiências da enorme multiplicidade de territórios e territorialidades que foram e continuam sendo vítimas de processos coloniais.

Segundo dados do Censo IBGE 2010³, os povos indígenas somam 896.917 pessoas, o que corresponde aproximadamente a 0,47% da população total do país (IBGE, 2012). Destes, 324.834 vivem em cidades e 572.083 em áreas rurais. De acordo com pesquisas do Instituto Socioambiental⁴ (ISA, 2022) existem 262 povos indígenas no Brasil, falantes de mais de 150 línguas. Ainda segundo o ISA existem 724 Terras Indígenas (TIs) no país que se encontram em diferentes fases do procedimento demarcatório e representam 13% do território brasileiro.

A Amazônia Legal⁵ (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Estado do Maranhão) concentra 56% da população indígena brasileira e a maior parte das Terras Indígenas (Tis): são 424 áreas,

¹ Povos pindorâmicos: povos de Pindorama (Terra das Palmeiras) é uma expressão tupi-guarani para designar todas as regiões da hoje chamada América do Sul. (Santos, Antônio Bispo. 2015, p. 16)

² R-existência, segundo Porto-Gonçalves (2001), representa a luta dos movimentos sociais de resistir contra aqueles que os exploram, dominam e estigmatizam e também a afirmação de determinada forma de existência, modo de vida e de produção, por diferenciados modos de sentir, agir e pensar.

³ O último Censo foi realizado em 2010. A pesquisa deve ser feita, no mínimo, a cada dez anos, obrigatoriedade estabelecida pela lei 8.184/1991, mas foi adiada em 2020 devido à pandemia de Covid-19 e está sendo alvo de desmonte para prejudicar a elaboração de políticas públicas efetivas.

⁴ O Instituto Socioambiental é uma organização que atua desde 1994 ao lado de comunidades indígenas, quilombolas e extrativistas na missão de desenvolver soluções voltadas para a proteção territorial, fortalecimento das culturas e saberes tradicionais, politização das lutas sociais e desenvolvimento de políticas sustentáveis. (ISA, 2022)

⁵ O conceito de Amazônia Legal foi instituído em 1953 e seus limites territoriais decorrem da necessidade de planejar o desenvolvimento econômico da região e, por isso, não se resumem ao ecossistema de selva úmida, que ocupa 49% do território nacional e se estende também pelo território de oito países vizinhos. (O QUE É? Amazônia Legal. IPEA, 2008. Disponível em: <https://ipea.gov.br/desafios>. Acesso em: 27. Jun. 2022.)

representando 23% do território amazônico e 98,25% da extensão de todas as TIs do país.(ISA, 2022). A abundância de recursos naturais disponíveis na Amazônia, principalmente nas terras historicamente preservadas pelos povos indígenas, torna os territórios indígenas alvo de grandes projetos extrativistas como hidrelétricas, mineradoras, madeireiras, agronegócio, etc. Os grandes projetos avançam sob mecanismos espoliativos formando a situação de front uma vez que produzem o conflito ao não respeitar os territórios indígenas e as leis que deveriam lhes proteger. Nas palavras de Malheiro (2015, p.4) “a fronteira é o *front*, é onde se disputam territórios, é onde se (des)encontram identidades, é onde o conflito permeia o conjunto das relações sociais.”

Diante de uma ofensiva cada vez mais potente por parte das políticas públicas anti-indígenas⁶ promovidas pelo governo Bolsonaro em apoio e fortalecimento dos setores ruralistas e agroexportadores dos grandes projetos extrativistas, vem sendo realizado um desmonte das legislações e das políticas institucionais voltadas para a garantia dos direitos territoriais indígenas, o que repercute na intensificação de ataques e violências contra os povos e territórios indígenas, em plena pandemia do covid-19. Por meio das cartas públicas os povos indígenas vêm promovendo discursos de resistência; denunciando violações aos direitos originários; repudiando ações, leis e empreendimentos que afetam os sujeitos e territórios indígenas; afirmando suas territorialidades enquanto discurso de enfrentamento por outras formas de pensar e estar no mundo, se relacionar com a natureza e planejar o futuro.

A proposta deste artigo gira em torno da elaboração de uma sequência didática apoiada na realização de uma oficina de leitura voltada para a compreensão dos repertórios de mobilização política reproduzidos por meio de três cartas públicas de protesto escritas por múltiplos povos e associações indígenas da região da Amazônia Legal entre 2019-2021.

Acreditamos que as cartas públicas dos povos indígenas são repertórios coletivos potentes para a elaboração de materiais didáticos focados no ensino de geografia. A partir da compreensão das geografias expostas nas cartas públicas, podemos pensar distintos lugares de enunciação e direcionamento crítico, à fim de promover o debate sobre temas escolares como a formação territorial brasileira, características

⁶ JUNQUEIRA, C. Dossiê acusa governo de promover política anti-indigenista na Funai. CNN Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/dossie-acusa-governo-de-promover-politica-anti-indigenista-na-funai/>. Acesso em: 27 jul. 2022.

Marcelo Xavier: Linha do tempo da presidência da nova Funai de Marcelo Xavier. APIB, 2022. Disponível em: <https://apiboficial.org/foraxavier/>. Acesso em: 27 jul. 2022.

Em discurso na ONU, Bolsonaro escancara programa de ultradireita e anti-indígena. El País, 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/24/politica/1569323723_562966.html. Acesso em: 27 jul. 2022.

CHADE, J. Carta da ONU sobre o tom e denuncia crimes de Bolsonaro contra indígenas. UOL, 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/03/23/onu-denuncia-ataques-de-bolsonaro-aos-indigenas-e-cita-violacao-de-tratados.htm>. Acesso em: 27 jul. 2022

CHIARRETI, D. Relatório mostra desmonte da política indigenista na Funai. Globo, 2022. Disponível em: <https://valor.globo.com/impreso/noticia/2022/06/14/relatorio-mostra-desmonte-da-politica-indigenista-na-funai.ghtml>. Acesso em: 27 jul. 2022.

populacionais, conflitos territoriais, direito à diferença, e, sobretudo, no reconhecimento das contribuições políticas, culturais, econômicas e simbólicas promovidas pelos povos indígenas ao Brasil e ao mundo.

Enfatizamos que as lutas indígenas são lutas que afirmam outras existências e formas de se relacionar com a natureza, marcadas por cosmologias múltiplas que manifestam diversas concepções de mundo, e por isso, representam um rico campo educativo, pautado na interculturalidade e no diálogo entre distintos saberes e diretrizes de racionalidades. A necessidade de políticas públicas educacionais diferenciadas para os povos indígenas é pauta de luta e mobilização dos diversos povos e organizações sociais presentes na Amazônia, porém, neste trabalho, nossos esforços estão mobilizados numa produção didática voltada para modelo “formal” de educação. Nossa intenção é produzir outras metodologias de ensino geográfico a partir repertórios de ação coletiva dos povos indígenas - repertórios de mobilização política e afirmação de territorialidades presentes nas cartas públicas.

Na perspectiva do fazer do ensino geográfico se inserem estratégias como a sequência didática, a dar conta do difícil trabalho de trazer as intenções para a realidade, de organizar o processo de aprendizado para que esteja em diálogo com esse sentido de educar e com as diretrizes da educação, que previamente elencadas, necessitam de um plano para tomar forma. Não podemos deixar de ressaltar que o sentido da sequência didática está na sua correspondência com a dimensão do cotidiano, do vivido, de como esses propósitos, conteúdos e ideais da comunidade escolar irão se traduzir em sala de aula. Como serão vivenciados, para que sejam apreendidos. Fala, portanto, do exercício da didática, do fazer. Assim sendo, nos propusemos neste trabalho a elaborar um “caminho de fazer” que nos guie enquanto professores de geografia pelo entendimento das geografias indígenas.

Analisaremos que geografias estão sendo expressas através das cartas públicas dos povos indígenas, quais conflitos são evidenciados e de que forma esses debates são relevantes para a geografia escolar na construção de um pensamento geográfico crítico em exercício de descolonização.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 As cartas públicas indígenas enquanto repertórios didáticos na geografia escolar na significação de território e territorialidade

Primeiramente se faz necessário defender, diante das políticas públicas de retrocesso do sistema educacional brasileiro⁷, a permanência da geografia escolar enquanto componente curricular obrigatório.

⁷ Medida Provisória 746/2016, transformando na Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017: institui a implementação de escolas de ensino médio em um tempo integral; simplifica o sentido mais amplo da profissão docente a um “notório saber”; flexibiliza o currículo escolar, instituindo os percursos formativos em quatro áreas de conhecimento e formação técnica e profissional; institui apenas os componentes curriculares Arte, Educação Física, Língua Portuguesa, Matemática e Língua Inglesa como obrigatórios. Base Nacional Comum Curricular (segunda versão – 2018): Somente Língua Portuguesa e Matemática permaneceram como componentes curriculares obrigatórios nos três anos do Ensino Médio, ficando os

Frente a essa necessidade de defesa curricular, precisamos afirmar a importância do ensino de geografia e o seu papel na comunidade escolar. Para tal, nos apoiamos nas contribuições de Straforini (2018) acerca do ensino de geografia como prática espacial de significação. Dentro desta perspectiva, a geografia escolar tem um “papel ímpar na leitura reflexiva e crítica do mundo contemporâneo quando seus conceitos e procedimentos metodológicos são acionados pelos estudantes” (STRAFORINI, 2018, p.177). O autor defende que não basta definir a geografia enquanto formadora de estudantes críticos e agentes da cidadania sem torná-los capazes de pensar geograficamente, ou seja, aplicar o conhecimento espacial e perceber as espacialidades intrínsecas às relações sociais e suas localizações. Para uma leitura crítica e reflexiva da realidade é necessário que os estudantes consigam compreender no espaço de suas vidas e na significação do seu lugar no mundo, as distintas espacialidades existentes, assim como, as configurações de forças entre elas. Para tal, os conceitos e metodologias geográficas auxiliam no processo cognitivo de significação das distintas espacialidades/geografias marcadas no espaço, suas contradições e as configurações multiescalares de suas interações.

Acreditamos que o ensino de Geografia comprometido com a compreensão da espacialidade do fenômeno possibilita a compreensão de como “diferentes práticas humanas criam e usam diferentes concepções do espaço.” (STRAFORINI, 2018, p.187)

Para Straforini (2018) a dimensão do político mobilizada nas escolas deveria residir na compreensão das disputas em torno do processo de hegemonização existentes na sociedade. Tendo em vista este processo, defendemos que as cartas públicas dos povos indígenas podem ser importantes recursos didáticos para compreensão dos processos de homogeneização das culturas, das paisagens, dos povos e dos territórios.

A modernidade é pautada sob o progresso, que por sua vez, legitima a alteração do espaço para a promoção do desenvolvimento. Para isto, se faz necessário a superexploração de matérias primárias numa escala cada vez maior, resultando no avanço das fronteiras neoxtrativistas e promovendo a desterritorialização compulsória de povos e comunidades tradicionais, concomitante com a territorialização do capital sobre distintas territorialidades - culturas de significação e pertencimento à terra. Segundo Sack (1986), podemos compreender o conceito de territorialidade como “[...] tentativa, por indivíduo ou grupo, de afetar, influenciar, ou controlar pessoas, fenômenos e relações, ao delimitar e assegurar seu controle sobre certa área geográfica” (SACK, 1986,p.76). Já para Haesbaert (2007):

A territorialidade não é apenas “algo abstrato”, num sentido que em muitas vezes se reduz ao caráter de abstração analítica, epistemológica. Ela é também uma dimensão imaterial, no sentido ontológico de que, enquanto “imagem” ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural, mesmo que o

demais componentes curriculares inseridos nas quatro áreas de conhecimento (Linguagens e suas tecnologias, Matemática e suas tecnologias, Ciências da Natureza e suas tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas).

território ao qual se refira não esteja concretamente manifestado. (HAESBAERT, 2007, p. 25).

A partir dos discursos públicos indígenas podemos trabalhar com a concepção do espaço via território, compreendendo as territorialidades e tendo um olhar crítico e multiescalar diante dos conflitos e mecanismos de implementação dos interesses dominantes.

Os múltiplos povos indígenas possuem em comum uma relação profunda com a natureza, distintos conjuntos de saberes e produções de conhecimentos em pedagogias próprias, realizadas, sobretudo, a partir da oralidade e do senso prático, onde a ancestralidade, entendida como um histórico simbólico de longa ocupação do espaço, seja fixo ou móvel, dá sentido à construção das identidades coletivas.

Os processos de construção simbólica dessas coletividades se dão a partir de marcos identitários que têm o território reivindicado a partir da presença e/ou memória dos grupos/etnias indígenas. O território é fator estruturante do sentido de pertencimento coletivo dos povos indígenas, seja a partir do histórico de presença, seja a partir da memória enquanto construção das características culturais dessas populações tradicionais. Pautadas sob esse sentido de pertencimento coletivo, as territorialidades ganham força como instrumentos de luta.

A territorialidade, como estratégia de luta, faz parte de um processo de reorganização das agendas de resistência dos povos indígenas frente ao avanço de uma fronteira civilizatória, que contrapõe política, econômica, cultural e simbolicamente os múltiplos modos de vida presentes na Amazônia. Segundo Little (2002):

[...] A história das fronteiras em expansão no Brasil é, necessariamente, uma história territorial, já que a expansão de um grupo social, com sua própria conduta territorial, entra em choque com as territorialidades dos grupos que residem aí. Nesta dinâmica, podemos identificar as origens do que Oliveira (1998) chama de “processos de territorialização” que surgem em “contextos intersocietários” de conflito. Nesses contextos, a conduta territorial surge quando as terras de um grupo estão sendo invadidas, numa dinâmica em que, internamente, a defesa do território torna-se um elemento unificador do grupo e, externamente, as pressões exercidas por outros grupos ou pelo governo da sociedade dominante moldam (e às vezes impõem) outras formas territoriais. (LITTLE, 2002, p.4)

Sendo assim, acreditamos nas potencialidades do uso didático das cartas públicas indígenas para o ensino de práticas espaciais insurgentes que mobilizam outros sentidos discursivos e possibilitam aos estudantes a compreenderem, em suas próprias vivências de observação da realidade, a existência de distintas territorialidades, as disputas por territórios e os diferentes sentidos de pertencimento territorial.

Tendo em vista a multiplicidade de povos e comunidades tradicionais no Brasil, optamos por trabalhar com os povos indígenas devido às suas expressividades populacionais, culturais, territoriais e políticas e, também, devido à necessidade de

circulação de suas vozes e existências diante de um governo abertamente anti-indígena e anti-ambiental.

O uso das cartas públicas, enquanto recursos metodológicos de ensino que se baseiam em documentos escritos por povos indígenas, é importante para o deslocamento de uma educação étnico-racial desvinculada dos povos indígenas, meramente ilustrativas e estereotipadas, para uma educação vinculada às experiências. A educação intercultural ainda é muito pouco valorizada, a diferença é invisibilizada justamente em nome de uma educação atrelada às lógicas homogeneizantes capitalistas. Portanto necessitamos, necessitamos, cada vez mais, trazer para dentro das salas de aulas as práticas espaciais de resistência que mobilizam outras concepções sobre a vida, a coletividade e a natureza, em um exercício de descolonização do campo educacional, em particular, no ensino de geografia.

2.2 A importância da decolonialidade no ensino das geografias indígenas

A história da educação brasileira é marcada por epistemicídios – processos de invisibilização, ocultação e apropriação de conhecimentos e saberes dos povos excluídos da lógica europeia dominante.

A violência do processo de colonização europeia sobre as populações originárias e negras do país repercutiram fortemente na constituição dos saberes escolares. Segundo Loback e Bezerra (2018) a escola, bem como o currículo escolar são territórios em disputa, espaços de poder que funcionam a partir das lógicas de dominação – entre elas a colonialidade, o racismo, o patriarcado e o capitalismo – que estão constantemente sendo questionadas por movimentos de resistência. O que se é ensinado enquanto conhecimento geográfico é produzido e reproduzido a partir das “regras” do sistema mundo moderno-colonial (LOBACK; BEZERRA, 2018) e funcionam enquanto instrumentos legitimadores da colonialidade do poder e do saber. (CASTRO-GOMÉZ, 2005).

Aníbal Quijano (2005) dialoga sobre a colonialidade num movimento de transcendência do colonialismo que produz a continuação de uma lógica de poder pautada na inferiorização racial, cultural, territorial, de gênero e epistêmica, na qual, a subalternização da alteridade frente à Europa, garante a naturalização da dominação e exploração de sujeitos e territórios.

Ainda que, com muita luta, na última década foram conquistadas políticas curriculares de ensino sobre os povos indígenas, muitos estudantes permanecem aprendendo nas escolas “tradicionais” que o Brasil foi “descoberto” pelos portugueses e que os povos que aqui existiam eram selvagens que foram, em sua maioria, dizimados. Os estudantes podem vir até a aprender que existem povos indígenas, porém, na maioria das vezes, esse ensino se dá sob um viés integracionista que considera o indígena uma categoria transitória fadada à incorporação ao “modo de vida” urbano e que será aos poucos aculturado.

Enfim, a história que nos contaram e que, muitas vezes ainda nos contam, é a versão do colonizador e por isso, necessitamos nos responsabilizar por um movimento de resgate para não seguirmos perpetuando e atuando a partir de uma subjetividade colonialista, que subjuga e hierarquiza as diferenças. É sobre respeitar a história dos povos indígenas enquanto povos originários do Brasil; compreender a força que suas existências carregam enquanto memória ancestral viva; defender e garantir a eficiência do direito

aos territórios e às territorialidades indígenas; e reconhecer as contribuições dos povos indígenas enquanto cidadãos brasileiros que lutam por um país mais democrático e diverso de natureza e cultura.

Loback e Bezerra (2018) apontam que não é por acaso que os grupos subalternizados são os excluídos da produção de discursos e valores, enquanto os grupos dominantes constituem esses espaços, planejam e executam ações visando seus interesses. O ensino de geografia, mesmo tendo passado por diversas mudanças ainda carrega orientações pautadas em lógicas da colonialidade. A continuidade de ensino baseado em uma única geografia; a concepção de uma única identidade nacional; a constituição do conceito de território somente por uma perspectiva materialista; a narrativa desenvolvimentista moderna enquanto única via de progresso econômico; entre outras temáticas, são exemplos dessa herança colonial aplicadas no ensino de geografia.

Diante dessa narrativa colonial que muitos de nós fomos atravessados, é necessário nos responsabilizarmos, enquanto professores de geografia, pela busca por um percurso de conscientização coletiva. Para Grada Kilomba (2019), este percurso é necessário para uma “sociedade que vive na negação, ou até mesmo na glorificação da história colonial, que não permite que novas linguagens sejam criadas, nem permite que seja a responsabilização, e não a moral, a criar novas configurações de poder e de conhecimento.”(KILOMBA, 2019, p.13)

2.3 Metodologia

A pesquisa foi construída a partir dos seguintes procedimentos metodológicos: análise bibliográfica; análise documental e produção de material didático.

Realizamos um levantamento bibliográfico de produções textuais de geógrafos e geógrafas, educadoras e educadores e outros autores e autoras que tratam sobre território, territorialidade, formação territorial brasileira, práticas de geografia escolar interculturais, sequência didática e sobre a aplicabilidade da lei 11.645 de 2008 que torna obrigatório o ensino de “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Também foram coletados dados acerca das populações e terras indígenas brasileiras a partir de relatórios de organizações indigenistas como o Instituto Sócio Ambiental (ISA).

Concomitante ao levantamento bibliográfico foi realizado processo de seleção e análise documental de cartas públicas de protesto escritas por povos indígenas. A pesquisa epistolar se deu a partir de buscas na internet em sites de pessoas indígenas, povos e associações indígenas, institutos indigenistas e demais canais de comunicação. Elencamos categorias de análise das cartas públicas indígenas a partir de dois indicadores: cartas de protesto especificadamente endereçadas; cartas de repúdio. As cartas públicas de protesto especificadamente endereçadas apresentam, em sua maioria, protestos contra determinada questão e destinam-se, principalmente, às autoridades e órgãos públicos estatais, nacionais e internacionais que são diretamente explicitados. Já as cartas públicas de repúdio não necessariamente possuem um destinatário explícito, e muitas vezes seu destino é evidenciado a partir do direcionamento das demandas e dos protestos expostos. O cenário de desmonte dos direitos indígenas frente ao avanço da exploração dos recursos naturais na Amazônia se intensificou ao longo dos últimos 30 anos no Brasil, especialmente no governo atual de Jair Bolsonaro. O aumento eminente dos conflitos territoriais revela a contínua sobreposição dos interesses econômicos acima da vida e da preservação da natureza. As cartas de repúdio giram em torno dessa problemática.

A primeira carta selecionada, intitulada como “Carta ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, Jair Messias Bolsonaro” (ANEXO A) foi por nós categorizada enquanto “carta especificadamente endereçada” e já têm seu destinatário diretamente explícito. Esta carta tem como remetentes as lideranças indígenas do Povo Apurinã e do Povo Baniwa e foi escrita em Manaus - janeiro de 2019. As lideranças protestam contra a falta de diálogo, o desmonte de direitos, a violência e discriminações contra os povos e territórios indígenas em um momento político marcado pela posse inicial do novo presidente da república que fez uma campanha política escancaradamente anti-indígena, anti-ambiental e antidemocrática.

A segunda carta selecionada, intitulada “Carta da Associação Tato’a TI Apyterewa Povo Parakanã” (ANEXO B) foi por nós categorizada enquanto carta pública de repúdio e tem como destinatário, evidenciado pelo direcionamento do discurso, as autoridades e os “torias” (não indígenas). Esta carta tem como remetentes a Associação Indígena Tato’a do Povo Parakanã e foi escrita na Terra Indígena Apyterewa, no sul do Pará em novembro de 2020. O Povo Parakanã por meio da Associação Indígena Tato’a repudia a tentativa do governo federal de promover atos que, de forma acediosa e enganosa, visam forçar uma conciliação do povo Parakanã com os invasores da terra indígena, tendo como objetivo a redução do território tradicional desse povo.

A terceira carta selecionada, intitulada “As Terras Indígenas e as Mudanças Climáticas” (ANEXO C) foi por nós categorizada enquanto carta pública de repúdio e tem como destinatário, evidenciado por meio do direcionamento das demandas e das denúncias, o Governo Federal, as autoridades judiciárias e legislativas, a imprensa nacional, a ONU (Organização das Nações Unidas), a OIT (Organização Internacional do Trabalho) e a Comunidade Internacional. Esta carta tem como remetentes a Associação União das Aldeias Apinajé – Pempxà em conjunto com os caciques e lideranças do Povo Apinajé e foi escrita na Terra Indígena Apinajé, no Tocantins em fevereiro de 2021.

Após seleção e análise das cartas públicas indígenas realizamos uma sistematização dos dados quantitativos e qualitativos acerca dos remetentes, destinatários e principais demandas, repúdios e territorialidades expressas nas cartas públicas de protesto dos povos indígenas;

Compreendemos os discursos públicos epistolares indígenas enquanto repertórios de lutas que revelam territorialidades em r-existência a partir de marcações étnicas discursivas. Elencamos dois sentidos de marcações étnicas na análise dos discursos e conteúdo das cartas: elementos definidores de territorialidades e elementos de diferenciação/enfrentamento. As marcações étnicas caracterizadas enquanto elementos definidores de territorialidades representam os elementos simbólicos de significação territorial: a relação dos povos indígenas com a natureza; a relação entre cultura, natureza e território; ancestralidade e memória; cidadania indígena; as contribuições dos povos indígenas para a sociedade, etc.

Os elementos de diferenciação/ enfrentamento caracterizam-se por marcos de afirmação e posicionamento políticos, identitários e ontológicos em exercício de autoafirmação, negação, repúdio e contestação expressos a partir de manifestações, denúncias, acusações, problematizações e revogações colocadas, assim como, a afirmação das estratégias de luta, agenciamentos políticos, políticas de escala, formação de redes territoriais, etc.

A partir dos resultados obtidos elaboramos uma proposta de sequência didática voltada para o terceiro ano do ensino médio que é baseada na leitura e interpretação de três cartas públicas indígenas.

Cabe salientar que a proposta de sequência didática não será testada, por ora, a partir das experiências vividas em sala de aula. Pretendemos ter essa vivência a partir de experiências futuras e promover, nesse momento, o debate (e também incentivar o uso dessa proposta de sequência didática) sobre a evidenciação de outras geografias, as geografias indígenas, a partir do uso pedagógico das cartas públicas de protesto, ou seja, a partir dos discursos públicos indígenas de enfrentamento e afirmação de identidades étnicas e territoriais.

A partir dos repertórios de ações coletivas⁸ dos povos indígenas, especificamente por meio dos discursos publicizados em cartas de protesto, trabalhamos com a dimensão das territorialidades em r-existência reveladas a partir da exposição de cosmologias indígenas, denúncias, demandas e também, a partir da contextualização dos remetentes e destinatários. Dessa forma, temos a intenção de promover a leitura, ou melhor, a escuta, das vozes indígenas enquanto repertórios didáticos para a compreensão das geografias das lutas indígenas, e também, os próprios povos e comunidades indígenas enquanto produtores de geografias. A imagem a seguir ilustra um mapa mental da nossa proposta de pesquisa.

⁸ Os processos de resistências indígenas estão sendo analisados a partir das contribuições sobre repertórios de ações coletivas trabalhadas pelo sociólogo Charles Tilly e atualizados pelos autores Alonso (2012) e Bringel (2012). A partir do debate tillyano sobre repertório é proposta uma dimensão política de investigação que veicula cultura e conflito. O conjunto de formas políticas de ação – maneiras de fazer política num determinado período histórico- representam os repertórios de ação coletiva; os modos pelos quais a cultura molda possibilidades de ação em um conflito político (Alonso, 2012, p.22). Segundo Bringel (2012, p.54) diversas foram as considerações e críticas em relação ao conceito, uma delas refere-se a necessidade de pensar a espacialidade das ações e problematizar os contextos socioespaciais dos conflitos. Realizamos uma leitura das cartas públicas indígenas enquanto repertórios de ações coletivas estratégicas que, a partir da denúncia dos conflitos territoriais, buscam promover políticas e afirmar territorialidades na tentativa de romper com o silenciamento e apagamento cultural- e existencial- ao qual estão expostos pela sociedade e pelo Estado.

Figura 1: Mapa mental do percurso de compreensão da geograficidade das cartas públicas dos povos indígenas



Fonte: Própria (2022).

2.4 Construindo caminhos possíveis para o ensino das geografias dos povos indígenas

Tendo em vista nosso objetivo de analisar a geograficidade das cartas públicas dos povos indígenas propomos uma sequência didática dividida em três etapas: aula introdutória; aula de desenvolvimento e aula de conclusão. Nos apoiamos na proposta pedagógica trabalhada por Straforini (Informação verbal⁹) sobre os processos de raciocínio para o desenvolvimento do pensamento espacial.

Os processos de raciocínio propostos seriam trabalhados em três aulas estruturadas a partir de três movimentos cognitivos (APÊNDICE A): nível de entrada – pretende mobilizar ações para dar entrada ao conteúdo a partir dos sentidos e da memória dos estudantes; nível de processamento – pretende complexificar o conteúdo a partir da

⁹ Informação obtida em aula inaugural do Prof. Dr. Rafael Straforini do Curso de Especialização em Teoria e Prática em Geografia Escolar do Colégio Dom Pedro II em março de 2020. Segundo Straforini a complexidade do raciocínio envolvido na solução de uma tarefa ou análise de uma situação, em concordância com taxonomias cognitivas [taxonomia de bloom] historicamente adotadas nas Ciências da Educação e na Psicologia Cognitiva, vem sendo revisitada e atualizada pelos pesquisadores nos últimos tempos. Em referência à Bednarz e Jo (2009) os modos de raciocínio se dão a partir de três níveis: Nível de entrada – processos como reconhecer, definir, identificar, recordar e listar, requeridos para reunir informações obtidas a partir dos sentidos ou recuperar informações da memória; Nível de processamento – os alunos analisam, classificam, explicam ou comparam informações adquiridas no nível de entrada; Nível de saída – refere-se à geração de novos conhecimentos ou produtos a partir das informações obtidas nos outros dois níveis, através de processos de avaliação, generalização e criação. Esses processos precisam de raciocínio e são considerados como os de nível mais elevados e mais complexos.

mobilização dos discursos presentes nas cartas públicas indígenas; e nível de saída – pretende promover a expansão do conhecimento a partir de uma proposta de atividade final.

Atuaremos a partir de uma postura docente provocadora e reflexiva. As aulas serão estruturadas a partir de perguntas que estimulem o desenvolvimento do pensamento espacial e da articulação de diferentes escalas de abordagem com ênfase na aprendizagem significativa.

Ao longo das aulas pretendemos trabalhar com os estudantes a identificação dos múltiplos povos indígenas e dos processos de ocupação e distribuição territorial das populações e terras indígenas. Para tal, contamos com as contribuições de Cavalcanti (2019) acerca das indagações “Onde?” e “Por que aí?” para dar início à construção do pensamento geográfico nos estudantes através da identificação dos fenômenos e das relações dos componentes e das práticas espaciais.

Essas perguntas nos levam não apenas a localizar os fenômenos, mas também a encontrar a conexão entre distintas localizações, articuladas em múltiplas escalas. Como aponta Gomes (2006) o olhar geográfico é fruto da “busca por princípios de coerência dentro da ordem espacial”. Ou seja, cabe à Geografia refletir na maneira como as coisas dispostas no espaço se relacionam constituindo um arranjo espacial/espacialidades.

2.4.1 Aula Introdutória:

A primeira aula seria iniciada com uma breve introdução da temática sobre as geografias dos povos indígenas brasileiros através da apresentação de mapas, gráficos e fotografias à fim de provocar nos estudantes a imaginação geográfica a partir de “quadros geográficos”. Segundo Gomes (2017), “os quadros geográficos, quando compreendidos como instrumentos para pensar, são elementos-chave na possibilidade de gerar imaginação geográfica” (Gomes, 2017, p.141).

O objetivo inicial é apresentar fotografias projetadas (também poderiam ser impressas e distribuídas entre os estudantes) que ilustrem os múltiplos povos e modos de vida indígenas. Este momento é importante para desmistificar o estereótipo do “índio” que homogeneiza e padroniza a multiplicidade dos povos e culturas indígenas existentes e também romper com a ideia do indígena enquanto aquele que somente está na floresta, nu e com penas, para o indígena na universidade, na cidade, nos cargos públicos etc. Debateremos sobre a importância de uma compreensão múltipla e plural sobre os 305 povos indígenas existentes no Brasil.

Ao longo da exposição das imagens, os estudantes seriam indagados sobre o que veem e o que sentem sobre as fotografias. É importante incentivar a imaginação fluída, para aparecerem as convergências e divergências imaginativas dos estudantes.

A apresentação de mapas (mapas políticos, linguísticos, populacionais, mapas de pressões e ameaças em terras indígenas, entre outros) e gráficos (população residente segundo a situação do domicílio- se urbano ou rural, dados demográficos da população indígena) em um segundo momento, têm como objetivos: localizar as terras indígenas; localizar em que estados e regiões há uma concentração populacional indígena; comparar mapas antigos com atuais; observar as pressões e ameaças que sofrem as terras indígenas em suas distintas fases de processo demarcatório; ver a distribuição etnolinguística por região. A importância desse momento se deve ao processo de localização dos fenômenos estudados e relacioná-los com os processos históricos de colonização e extermínio das

populações indígenas, movimentos de resistência e a multiplicidade de línguas e culturas indígenas existentes.

Em seguida, conversaríamos sobre o bioma amazônico região a partir do recorte administrativo da Amazônia legal, região onde se concentram a maioria das terras indígenas e que possui o maior quantitativo e diversidade étnica de populações indígenas. Trabalharemos criticamente a ideia de um “vazio demográfico” tão difundida enquanto discurso invisibilizador das populações tradicionais que têm um histórico ancestral de habitação da região. Levantaríamos alguns pontos para debate como a biodiversidade presente nas florestas, a importância do conhecimento tradicional das populações indígenas e os conflitos em torno da apropriação tanto da natureza, como dos conhecimentos tradicionais por uma lógica capitalista do espaço, tratando de temas como desmatamento, queimadas, grandes projetos extrativistas e biopirataria.

Em seguida, a ideia seria apresentar as três cartas públicas selecionadas e dividir a turma em três grupos de 10 estudantes cada. Feita a divisão, a proposta é que cada grupo faça a leitura da carta e a partir dela identifique, num primeiro momento, os remetentes, destinatários, data e localização. Atentaremos para o fato dos destinatários nem sempre estarem explícitos, e será questionado aos estudantes como os remetentes das cartas estão explicitando seus destinatários, se é por indicação direta ou por meio do direcionamento das demandas, denúncias e reivindicações expostas.

Pediríamos aos grupos para apresentarem à turma os remetentes, destinatários, data e localização das cartas. Em seguida, debateríamos sobre os remetentes identificados – lideranças e organizações indígenas diversas – com o objetivo de ressaltar a importância da coletividade dos povos e indígenas, chamando a atenção para a organização política em redes dos povos indígenas em associações locais, regionais e nacionais, assim como, o protagonismo das lideranças de cada povo na construção de repertórios de ações coletivas. Levando-se em conta os destinatários das cartas públicas - presidente da república do Brasil; pessoas não indígenas e autoridades; governo federal, Organização das Nações Unidas (ONU), Organização Internacional do Trabalho (OIT) e comunidade internacional - discutiremos acerca da importância dos direcionamentos estratégicos em múltiplas escalas para a circularidade das cartas e, conseqüentemente, alcance dos discursos, denúncias e demandas expostas.

Neste momento a aula estará chegando ao fim e pediríamos aos estudantes para dividirem cada um dos grupos em dois, ou seja, ficaremos no total com 6 grupos de 5 pessoas e explicaríamos que esse novo arranjo seria importante para as atividades das próximas aulas. Deve ser pedido para os estudantes levarem cada um a sua cópia da carta do grupo para casa e que façam, se possível, a leitura novamente com ênfase na identificação dos conflitos expressos e os sujeitos e instituições envolvidos e, também, dos direitos indígenas reivindicados. Para tal daríamos alguns exemplos como invasões da terra indígena por madeireiros e a defesa do direito ao território tradicional previsto na Constituição Federal de 1988. Importante frisar que estaremos à disposição para eventuais dúvidas e que tragam a carta e as anotações solicitadas para a próxima aula.

2.4.2 Aula de Desenvolvimento

Na segunda aula iniciariamos propondo que os estudantes dialoguem com os colegas do grupo as anotações realizadas sobre as cartas e após essa troca, será realizada uma apresentação dos grupos sobre os conflitos expostos (os sujeitos e instituições

envolvidos) e os direitos indígenas reivindicados nas cartas. A partir do que for apresentado por cada grupo, a ideia é realizar um debate que tem como objetivo trabalhar os direitos indígenas e as lutas por território. Apresentaríamos algumas definições de território, numa perspectiva material e simbólica. Abordaríamos que o espaço, neste caso a terra, é disputada por distintas concepções de valores, o que dá origem a conflitos. De um lado temos um interesse materialista, de exploração dos recursos naturais pautado numa visão utilitarista da natureza que desconsidera os povos originários e seus modos de vida e, por outro lado, temos um interesse político e simbólico de preservação de modos de vida e de cosmologias que possuem uma relação ancestral de pertencimento coletivo com a terra e com a natureza, essencial para a vida do coletivo.

A partir do debate sobre os direitos territoriais indígenas assegurados pela Constituição Federal de 1988 e em acordos internacionais, faríamos uma apresentação dos principais direitos indígenas e levantaríamos alguns questionamentos acerca da aplicabilidade dos direitos indígenas e o porquê desses povos estarem, a todo momento, protestando contra o descumprimento das leis que deveriam lhes proteger. Neste momento, pode ser feita uma retrospectiva histórica dos processos de formação territorial brasileira com o objetivo de contextualizar a violência contra os povos originários, o Brasil enquanto um país agroexportador na geopolítica global desde o processo de colonização e a ideia de desenvolvimento econômico enquanto a imposição da modernidade que desconsidera as diferenças étnicas e os modos de vida tradicionais.

Em seguida, pediríamos aos estudantes para identificarem nas cartas os discursos de defesa dos territórios, culturas e modos de vida indígena, trabalhando o conceito de territorialidade como forma de politizar a cultura e garantir para além da terra, as bases existenciais e culturais dos povos indígenas – o território.

Os grupos novamente debateriam entre si sobre as territorialidades identificadas nas cartas. O objetivo seria compreender a afirmação de territorialidades enquanto discurso de enfrentamento por outras formas de pensar e estar no mundo, se relacionar com a natureza e planejar o futuro.

Este momento seria importante para reconhecer as contribuições políticas, culturais, econômicas e simbólicas promovidas pelos povos indígenas e o papel de todos na construção de uma sociedade que respeite as diferenças e garanta a preservação dos modos de vida tradicionais e a preservação da natureza.

Após o debate sobre territorialidade a ideia é que seja proposta a realização de uma tabela (APÊNDICE B) que será entregue para os estudantes identificarem nas cartas os seguintes pontos: o nome da carta pública; as denúncias, acusações, repúdios e problematizações expostas; os conflitos denunciados; as estratégias de luta evidenciadas; os elementos definidores de territorialidades expressos.

O objetivo dessa atividade é que os estudantes consigam identificar e compreender a partir dos discursos das cartas públicas o que está sendo denunciado, quais são as ações, empreendimentos, instituições e práticas conflituosas, quais são as demandas necessárias e para quem estas estão sendo direcionadas e, principalmente, quais são as estratégias de luta promovidas por esses povos e de que forma eles estão afirmando suas resistências e existências na defesa de seus territórios e modos de vida.

Finalizaremos a aula a partir do debate acerca dos marcos de significação territorial e cultural expressos nas cartas – as territorialidades. O foco deste momento é destacar as contribuições indígenas na preservação das florestas, a importância da ancestralidade na construção do pertencimento étnico, a defesa dos direitos territoriais para as futuras gerações, e sua importância para a preservação ambiental que beneficia os povos do mundo todo. A proposta é que solicitemos aos estudantes que tragam na próxima

aula a tabela concretizada, a qual será importante para a atividade final realizada enquanto avaliação dos conhecimentos trabalhados.

2.4.3 Aula de Conclusão

No início da terceira aula, a proposta seria que cada grupo apresentasse para a turma as tabelas realizadas e a partir disso debateríamos sobre cada ponto levantado pelos grupos com o objetivo de compreender as cartas públicas enquanto discursos públicos de resistência e a importância dos repertórios de ações coletivas, neste caso, a estratégica produção de cartas de protesto para a defesa dos territórios e territorialidades indígenas.

Em seguida, os grupos que foram subdivididos voltariam a se unir, e ficaríamos com 3 grupos no total. Seria proposto enquanto atividade final e avaliativa, a realização de uma carta sobre os povos indígenas e as questões que foram levantadas ao longo das últimas aulas. Poderiam ser produzidas cartas de apoio destinadas aos povos indígenas, cartas de protesto/ repúdio destinadas às autoridades governamentais, cartas para a sociedade brasileira ou comunidade internacional. A ideia é que os estudantes promovam um direcionamento crítico diante das questões levantadas pelos povos indígenas através das cartas públicas, e assim, exercitem a construção de estratégias de escrita para a promoção e defesa dos direitos territoriais indígenas.

Ao final, as cartas seriam lidas para a turma e seria realizado uma ampla divulgação dos documentos para a escola, para às famílias dos estudantes e, se for possível, as enviaremos para os destinatários escolhidos pelos estudantes.

Esta aula seria importante para a expansão do conhecimento adquirido e para o desenvolvimento político e cidadão de participação democrática nos problemas sofridos pelas populações indígenas, a partir da compreensão que os povos indígenas são essenciais para a preservação da floresta Amazônica e para preservação dos conhecimentos tradicionais, representando inúmeras contribuições para uma sociedade mais sustentável e diversa. As cartas seriam avaliadas de acordo com sua capacidade de síntese e estratégias discursivas para o alcance das demandas e problemas expostos.

3. CONCLUSÃO

A partir dos caminhos percorridos no desenvolvimento da sequência didática concluímos que as cartas públicas dos povos indígenas da Amazônia representam um rico campo de estudo para a geografia escolar. Para além da sequência didática proposta por nós, as cartas públicas indígenas oferecem distintas possibilidades de pensar as geografias indígenas e representam potencialidades múltiplas no desenvolvimento de práticas educativas em exercício de descolonização e compreensão de múltiplas geografias.

Sendo assim, confirmamos nossa hipótese inicial sobre as potencialidades do uso didático das cartas públicas indígenas para o ensino de práticas espaciais insurgentes que mobilizam outros sentidos discursivos e possibilitam aos estudantes a compreenderem, em suas próprias vivências de observação da realidade, a existência de distintas territorialidades, as disputas por territórios e os diferentes sentidos de pertencimento territorial.

Sendo esta proposta de sequência didática ainda algo que está na teoria e não foi posto em prática, apostamos na reformulação deste artigo após a aplicação em sala de aula das atividades propostas e também, se possível, das trocas com os professores que se aventurarem a trabalhar didaticamente com as cartas públicas indígenas na geografia escolar. Fica para um direcionamento futuro a aplicação desse repertório didático e estamos abertos para diálogos com professores e professoras de geografia que se interessarem na proposta e estejam disponíveis para trocar experiências.

Precisamos nos fortalecer nos caminhos por uma educação democrática que trabalhe as diferenças e reconheça as múltiplas territorialidades presentes nas distintas formas de significação da vida, da natureza, da coletividade e do território e, neste caminho, necessitamos traçar metodologias que sejam capazes de representar essa multiplicidade na afirmação de resistências.

REFERÊNCIAS

ALONSO, A. Repertório, segundo Charles Tilly: História de um conceito. In: **Revista Sociologia e Antropologia**. v.02, n. 03, 2012, p. 21-41.

APURINÃ, M; BONIFÁCIO, J; BANIWA, A.[Carta ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, Jair Messias Bolsonaro].Destinatário: Jair Messias Bolsonaro. Manaus, 2 jan. 2019. 1 carta coletiva. Disponível em: https://coiab.org.br/conteudo/1546534039569x687061343018682200?utm_source=isa&utm_medium=coiab&utm_campaign=. Acesso em: 01 mar. 2022.

ASSOCIAÇÃO INDÍGENA TATO'A. [Carta Associação Tato'a TI Apyterewa povo Parakanã]. Destinatário: não especificado. Pará, 30 nov. 2020. 1 Carta Pública. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2020/11/30/carta-associacao-tatoa-ti-apyterewa-povo-parakana/>. Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. **Lei 11.645/08 de 10 de Março de 2008**. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília. 2008

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Capítulo VIII.

CASTRO-GOMÉZ, S. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In LANGER, E(org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Consejo Latino-americano de Ciencias Sociales, 2005. p. 80-86.

CAVALCANTI, L. **Pensar pela Geografia** – ensino e relevância social. Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2019. p. 81-99.

DIAS-APINAJÉ, E *et al.* [Carta As Terras Indígenas e as mudanças climáticas]. Destinatário: não especificado. Tocantins, 27 fev. 2021. 1 Carta Coletiva. Disponível em: <http://uniaodasaldeiasapinaje.blogspot.com/2021/03/associacao-apinaje-cobra-revogacao-de.html>. Acesso em 09 mar. 2022.

FORTUNATO, C. M. R. C. **As lutas indígenas pelo direito à terra e pelo território na Amazônia**: uma análise a partir das cartas públicas dos povos indígenas em situação de conflito. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018

GOMES, P.C. da C. **Quadros geográficos**: Uma forma de ver, uma forma de pensar. 1ª. edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.p. 131-146.

_____. Geografia fin-de siècle: o discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (orgs.). **Explorações geográficas**: percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.p. 13-27.

HAESBAERT, R. Identidades Territoriais. In: ROSENDAHL, Z. CORRÊA, R. L. (Org.). **Manifestações Culturais no Espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.p. 169-190

_____. Território e Multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**. Niterói, v. 9, n. 17, 2007. p. 19-46.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Povos Indígenas no Brasil**. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/ptbr/o-isa/programas/povos-indigenas-no-brasil>> Acesso em: 15 jun.2022.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019. 244 p.

LITTLE, P. E. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropologia**. UNB: N° 322 (Digital), 2003.p. 2-23.

LOBACK, V.; BEZERRA, A. C. A. A formação territorial do Brasil nos livros didáticos de geografia: em busca de uma análise descolonial . **Geografares**, [S. l.], n. 27, 2018. p. 103–120. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/20578>. Acesso em: 27 jul. 2022.

MALHEIRO, B. Territórios e Saberes em disputa: por uma epistemologia da fronteira. In: TROCATE, C. (Org). **Iguana**: reflexão amazônica.1 ed. Marabá: Editorial Iguana,2015.p. 53-78.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção n° 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT**. Brasília: OIT, 2011 1 v. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf. Acesso em: 12 jun. 2022.

PORTO-GONÇALVEZ, C.W. **Amazônia, Amazonas**. São Paulo: Contexto, 2001. 178 p.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: _____. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: Clacso, 2005.p. 107-126.

SACK, R. D.O significado de territorialidade. In: DIAS, L. C; FERRARI, M. **Territorialidades humanas e redes sociais.** Florianópolis: Insular, 2011.p. 63-89.

SANTOS, A. B. **Colonização, Quilombos, Modos e Significações.** Brasília: INCTI/UnB, 2015.p. 8-68.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In CASTRO I. E; GOMES, P. C. C; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.p. 77-116.

_____. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** 1a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.320 p.

STRAFORINI, R. O Ensino de Geografia como prática espacial de significação. **Estudos Avançados.**N 32 (93), 2018.p. 175-192.

APÊNDICE A – TABELA DE PLANEJAMENTO DIDÁTICO

Turma: 3º Ano Ensino Médio 30 estudantes	OBJETIVOS	JUSTIFICATIVAS	RECURSOS	ATIVIDADE	AVALIAÇÃO	TEMPO
AULA INTRODUTÓRIA	<p>Apresentar fotografias que ilustrem os múltiplos povos e modos de vida indígenas;</p> <p>Apresentar mapas e gráficos com dados sobre as populações e terras indígenas;</p> <p>Apresentar e caracterizar as cartas públicas indígenas;</p>	<p>Rompimento e desmistificação do estereótipo do “índio” que homogeneiza e padroniza a multiplicidade dos povos e culturas indígenas existentes;</p> <p>Localização dos fenômenos estudados e sua relação com os processos políticos, históricos e culturais;</p>	Quadro; Projetor	<p>Debate sobre a importância de uma compreensão múltipla e plural sobre os 305 povos indígenas existentes no Brasil;</p> <p>Visualização de mapas e gráficos;</p> <p>Debate sobre relação entre os povos indígenas, a natureza, a cultura e o território;</p> <p>Leitura da carta em grupo;</p> <p>Sistematização de informações contidas nas cartas;</p> <p>Apresentação das cartas por cada grupo para a turma;</p> <p>Apresentação dos grupos sobre os conflitos expostos (os sujeitos e instituições envolvidos) e os direitos indígenas reivindicados nas cartas;</p>	<p>Atividade para casa de leitura das cartas para identificação dos conflitos expressos, os sujeitos e instituições envolvidos e dos direitos indígenas reivindicados;</p>	1h 40 minutos
AULA DE DESENVOLVIMENTO	<p>Aprofundar a compreensão dos direitos indígenas e as lutas por terra e território;</p> <p>Aprofundar o conceito de territorialidade como forma de politizar a cultura e garantir para além da terra, as bases existenciais e culturais dos povos indígenas – o território.</p>	<p>Reconhecimento das contribuições políticas, culturais, econômicas e simbólicas promovidas pelos povos indígenas;</p> <p>Identificação e compreensão nas cartas públicas sobre o que está sendo denunciado, quais são as ações, empreendimentos, instituições e práticas conflituosas, quais são as demandas necessárias e para quem estas estão sendo direcionadas e, principalmente, quais são as estratégias de luta promovidas por esses povos e de que forma eles estão afirmando suas resistências e existências na defesa de seus territórios e modos de vida;</p>	Tabelas de sistematização; projetor; quadro	<p>Identificação dos discursos de defesa dos territórios, culturas e modos de vida indígenas;</p> <p>Debate sobre a afirmação de territorialidades enquanto discurso de enfrentamento por outras formas de pensar e estar no mundo, se relacionar com a natureza e planejar o futuro;</p> <p>Sistematização das denúncias, acusações, repúdios e problematizações expostas; os conflitos denunciados; as estratégias de luta</p>	<p>Concretizar a tabela trazê-la na aula seguinte para realização da avaliação;</p>	1 hora e 40 minutos

				evidenciadas; os elementos definidores de territorialidades expressos;		
AULA DE CONCLUSÃO	<p>Compreender as cartas públicas enquanto discursos públicos de resistência e estratégia política de defesa dos territórios e territorialidades indígenas;</p> <p>Exercitar a construção de estratégias de escrita para a promoção e defesa dos direitos territoriais indígenas;</p> <p>Promover um direcionamento crítico diante dos questões levantadas pelos povos indígenas através das cartas públicas;</p>	<p>Expansão do conhecimento adquirido e do desenvolvimento político e cidadão de participação democrática dos estudantes;</p> <p>Compreensão da importância dos povos indígenas para a preservação da floresta Amazônica e para preservação dos conhecimentos tradicionais, representando inúmeras contribuições para uma sociedade mais sustentável e diversa;</p>	Quadro; projetor; papel; canetas.	<p>Apresentação das tabelas concretizadas pelos grupos;</p> <p>Leitura das cartas produzidas pelos grupos para a turma;</p> <p>Divulgação das cartas produzidas pelos grupos para a escola, famílias e sociedade;</p>	Produção de cartas pelos grupos reorganizados;	2 horas e 30 minutos

**APÊNDICE B – Tabela de Sistematização das Cartas Públicas Indígenas
(Possibilidades)**

Carta Pública	Manifestações; Demandas; Reivindicações	Denúncias; Acusações; Repúdios; Problematizações	Conflitos	Estratégias de luta	Elementos definidores de territorialidades
Carta ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, Jair Messias Bolsonaro	<p>Afirmam que estão organizados com lideranças e povos capazes de diálogo com o presidente, Estado brasileiro e governo, pois já aprenderam a falar na Língua Portuguesa, além das línguas nativas de cada povo e línguas de outras nacionalidades;</p> <p>Manifestam que não aceitam e não concordam com as medidas de reforma administrativa para gestão da política indigenista;</p>	<p>Problematizam que o argumento de “vazio demográfico” nas terras indígenas é velho e falso. Serve apenas para justificar medidas administrativas e legislativas que são prejudiciais aos povos indígenas;</p> <p>Repudiam as políticas públicas, a ação de governos e do Estado Brasileiro que são ineficientes, insuficientes e fora da realidade dos povos e comunidades indígenas;</p> <p>Repudiam a MP nº 870 do dia 1 de janeiro de 2019 que pretende inviabilizar os direitos indígenas;</p> <p>Repudiam o modelo de desenvolvimento econômico feito de qualquer jeito e excludente, que apenas impacta os territórios indígenas;</p>	Grandes latifundiários; Ruralistas; Agronegócio;	<p>Resgate de memórias de luta e resistência;</p> <p>Afirmação do Estado Brasileiro enquanto devedor de uma dívida impagável para com os povos indígenas;</p> <p>Afirmação de dados demográficos e territoriais;</p> <p>Afirmação de direitos;</p> <p>Afirmação de agendas e projetos de planos de gestão de terras indígenas;</p>	<p>Afirmação das contribuições das terras indígenas para a conservação da biodiversidade, purificação do ar, do equilíbrio ambiental e da própria sobrevivência da população brasileira e do mundo;</p> <p>Contribuição dos povos indígenas na defesa das fronteiras da Amazônia Brasileira;</p> <p>Afirmação da autonomia dos povos indígenas;</p> <p>Defesa das culturas indígenas;</p> <p>Defesa da identidade étnica;</p> <p>Defesa do futuro das próximas gerações;</p> <p>Defesa dos modos de vida indígenas;</p> <p>Defesa da sustentabilidade;</p> <p>Afirmação dos territórios sagrados;</p>

Carta Associação Tato' a TI Apyterewa Povo Parakanã	<p>Manifestam contra reuniões feitas com poucas lideranças pois não tem qualquer validade e não representam a legítima manifestação do povo Parakanã;</p> <p>Manifestam que há bastante tempo tem sido solicitado apoio de diversos órgãos na proteção do território Parakanã;</p> <p>Manifestam total apoio para operações de proteção do IBAMA e reforçam sua necessidade;</p> <p>Reafirmam que a terra indígena Apyterewa está homologada desde de 2007 e encontra-se devidamente registrada na Secretaria do Patrimônio da União – SPU, cumprindo toda legislação que regulamenta o processo de demarcação de terras indígenas;</p> <p>Manifestam que o povo Parakanã da Terra Indígena Apyterewa não aceita a tentativa de conciliação e nem negociar direitos indígenas;</p> <p>Solicitam a desintrusão da Terra Indígena Apyterewa;</p>	<p>Denunciam que o Governo Federal, aliado com os invasores e com a Prefeitura de São Félix buscam causar divisão interna e confundir as lideranças do povo Parakanã, com a eterna promessa de que a redução do território resolverá os conflitos;</p> <p>Denunciam que a terra indígena Apyterewa foi reduzida, antes de sua homologação, e a questão da invasão do território não foi resolvida, sendo atualmente uma das terras indígenas mais desmatadas do Brasil;</p>	Invasores; fazendeiros, garimpeiros, madeireiros;	<p>Conselho do povo Parakanã- instância política de tomada de decisão coletiva sobre quaisquer questões que envolvam o território e afetem os direitos indígenas;</p> <p>Resgate de memórias de luta e resistência do povo Parakanã;</p> <p>Afirmação de direitos coletivos;</p>	<p>Defesa do território tradicional;</p> <p>Utilização da língua indígena nativa;</p>
---	--	---	---	--	---

As Terras Indígenas e as Mudanças Climáticas	<p>Afirmam que as terras indígenas demarcadas ou não, são relevantes e essenciais para garantir a existência de todos os seres vivos do Planeta Terra;</p> <p>Afirmam que os territórios indígenas são importantes e fundamentais para equilibrar o clima, manter a biodiversidade e garantir as condições dignas de sobrevivência para as comunidades indígenas;</p> <p>Demandam pela manutenção dos rios e ribeirões com águas e pelas florestas vivas e em pé;</p> <p>Manifestam que a correta gestão das florestas também é uma alternativa econômica;</p> <p>Manifestam que preservar, cuidar e zelar nossas florestas, não pode ser responsabilidade só dos indígenas, deve ser uma obrigação de todo cidadão habitante do Planeta, podemos assim diminuir as ameaças e riscos das Mudanças Climáticas;</p> <p>Afirmam que os povos indígenas estão fazendo sua parte cuidando de seus territórios, culturas e modos de vida;</p> <p>Exigem do governo federal a demarcação, proteção e garantia das terras indígenas conforme os direitos constitucionais;</p> <p>Exigem dos parlamentares a discussão e aprovação de leis e garantias de preservação ambiental e punição de infratores e a aplicação de leis de proteção aos territórios indígenas;</p> <p>Demandam que chegue aos conhecimentos dos governos, das autoridades da ONU, da OIT e da comunidade internacional esses relatos e denúncias solicitando que alguma pressão política e medidas jurídicas sejam adotadas para que o governo de Jair Messias Bolsonaro seja investigado e responda pelos crimes e atos cometidos contra os povos indígenas e o meio ambiente;</p>	<p>Denunciam o confinamento territorial das terras indígenas demarcadas;</p> <p>Denunciam a permanente invasão das terras indígenas, mesmo que demarcadas, por madeireiros, garimpeiros, pescadores, etc.</p> <p>Problematizam que as queimadas e desmatamentos em propriedades no entorno das terras indígenas afetam o solo, o ar, as águas e ocasionam a seca de nascentes e a contaminação por agrotóxicos;</p> <p>Denunciam que o agronegócio, exploração madeireira, mineração, carvoarias e a caça e pesca predatória são as principais ameaças aos territórios indígenas e foco de conflitos entre povos indígenas e invasores;</p> <p>Problematizam que o papel da imprensa deveria ser cobrar providências e medidas dos governos e instituições responsáveis pelo meio ambiente, investigando e destacando a realidade e o problema das mudanças climáticas;</p> <p>Denunciam que no Brasil o ato de praticar o cuidado e zelo com o Meio Ambiente e só uma “ideologia de comunista” e falar de Mudança Climática é “invenção” das ONGs e ambientalistas;</p> <p>Denunciam a tentativa de liberação do garimpo em terras indígenas no meio da pandemia do Covid-19;</p> <p>Denunciam que os povos indígenas, comunidades quilombolas e ribeirinhos sofrem violência, omissão e perseguição do governo Jair Messias Bolsonaro;</p> <p>Denunciam que o governo é racista, perseguidor e violador dos direitos humanos e que insiste em ignorar e descumprir os Acordos e Tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário;</p> <p>Repudiam parcerias” entre Associações Indígenas e setores do agronegócio, mineradoras, madeireiras para exploração das terras indígenas e pedem a revogação imediata da Instrução Normativa 1/2021;</p>	Grandes áreas de pastagem; plantios de eucalipto; soja; milho; incêndios florestais de origem criminosos; Garimpeiros; Madeireiros; Caça e pesca predatória; Agronegócio; Carvoarias; Mineração; Grilagem de terras; MATOPIBA; Conflitos sociais decorrentes da pobreza extrema e da fome;	<p>Defesa dos territórios indígenas;</p> <p>Afirmação de direitos;</p> <p>Afirmação das contribuições dos territórios indígenas para a sociedade global;</p> <p>Defesa de outras alternativas econômicas para as florestas;</p> <p>Afirmação da importância de uma coletividade planetária na preservação das florestas e na diminuição das mudanças climáticas;</p> <p>Defesa da cultura e dos modos de vida indígenas;</p> <p>Apoio às lutas indígenas;</p> <p>Apoio às lutas de outros povos e comunidades tradicionais</p>	<p>Importância da preservação das terras indígenas para garantia da existência de todos os seres vivos do planeta Terra;</p> <p>Importância dos povos indígenas para a preservação de espécies de fauna e flora ameaçadas de extinção;</p> <p>Importância das terras indígenas para a preservação do clima em instância local, nacional e global;</p> <p>Importância da relação entre território, cultura e modos de vida indígenas</p>
--	--	---	--	--	---

ANEXO A- CARTA AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, JAIR MESSIAS BOLSONARO

Carta ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, Jair Messias Bolsonaro

Manaus, 2 de janeiro de 2019

Senhor Presidente,

Já fomos dizimados, tutelados e vítimas de política integracionista de governos e Estado Nacional Brasileiro, por isso vimos em público afirmar que não aceitamos mais política de integração, política de tutela e não queremos ser dizimados por meios de novas ações de governo e do Estado Nacional Brasileiro. Esse país chamado Brasil nos deve valor impagável senhor presidente, por tudo aquilo que já foi feito contra e com os nossos povos. As terras indígenas têm um papel muito importante para manutenção da riqueza da biodiversidade, purificação do ar, do equilíbrio ambiental e da própria sobrevivência da população brasileira e do mundo.

Não é verdade que os povos indígenas possuem 15% de terras do território nacional. Na verdade são 13%, sendo que a maior parte (90%) fica na Amazônia Legal. Esse percentual é o que restou como direito sobre a terra que antes era 100% indígena antes do ano de 1500 e que nos foi retirado. Não somos nós que temos grande parte do território Brasileiro, mas os grandes latifundiários, ruralistas, agronegócios, etc que possuem mais de 60% do território nacional Brasileiro.

O argumento de “vazio demográfico” nas terras indígenas é velho e falso. Serve apenas para justificar medidas administrativas e legislativas que são prejudiciais aos povos indígenas. As nossas terras nunca são vazios demográficos. Foram os indígenas que ajudaram a proteger as fronteiras brasileiras na Amazônia.

Diferente do que o senhor diz de forma preconceituosa, também não somos manipulados pelas ONGs. As políticas públicas, a ação de governos e do Estado Brasileiro é que são ineficientes, insuficientes e fora da realidade dos povos indígenas e nossas comunidades.

Quem não é indígena não pode sugerir ou ditar regras de como devemos nos comportar ou agir em nosso território e em nosso país. Temos capacidade e autonomia para falar por nós mesmos. Nós temos plena capacidade civil para pensar, discutir os rumos dos povos indígenas segundo nossos direitos, que são garantidos nos artigos 231 e 232 da Constituição Federal, na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e na declaração da ONU sobre os povos indígenas. Nós temos condições de elaborar projetos e iniciativas. Muitos já estão elaborados. É o caso dos planos de gestão de terras indígenas aplicados no estado do Amazonas.

Senhor Presidente, cumpra com suas falas e discursos de campanha de fazer valer a democracia, pois somos brasileiros que merecemos respeito sobre nossos direitos. Não aceitamos a ação ditatorial, pois contradiz com o discurso do senhor Ministro da Casa Civil Onyx Lorenzoni que defende o diálogo. Afirmamos que estamos organizados com lideranças e povos capazes de diálogo com o presidente, Estado brasileiro e governo, pois já aprendemos falar na Língua Portuguesa, além de nossas línguas nativas de cada povo e línguas de outras nacionalidades.

As mudanças feitas na reestruturação e na reorganização administrativa do governo federal através de MP nº 870 do dia 1 de janeiro de 2019 são uma completa desordem e um ataque contra a política indigenista Brasileiro. Além de prejudicial, pretende inviabilizar os direitos indígenas que são constitucionais. O mesmo sobre novo decreto, que tira a competência da Funai de licenciamento que impactam nossos territórios. Essa prática já aconteceu no passado na história Brasileira como uma tentativa agressiva de nos dizimar. Foi um período muito difícil e ineficiente do Estado. Não aceitamos e não concordamos com suas medidas de reforma administrativa para gestão da política indigenista.

Não somos culpados de ter muitas mudanças em nossas vidas e em nossas culturas. Isso é fruto de um processo de colonização violento, que matou muitos povos e extinguiu línguas nativas. Queremos continuar sendo indígenas, com direito a nossa identidade étnica, assim como somos brasileiros. O brasileiro quando sai para outros países e outros continentes continuam sendo brasileiros. Nós, da mesma forma, e ainda mais quando estamos dentro do Brasil que aprendemos a defender como nossa nacionalidade.

Nosso modo de vida é diferente. Não somos contra quem opta por um modelo econômico ocidental, capitalista. Mas temos nossa forma própria de viver e se organizar nas nossas terras e temos nossa forma de sustentabilidade. Por isso, não aceitamos desenvolvimento e nem um modelo econômico feito de qualquer jeito e excludente, que apenas impacta nossos territórios. Nossa forma de sustentabilidade é para nos manter e garantir o futuro da nossa geração.

Não estamos nos zoológicos, senhor Presidente, estamos nas nossas terras, nossas casas, como senhor e como quaisquer sociedades humanas que estão nas suas casas, cidades, bairros. Somos pessoas, seres humanos, temos sangue como você, nascemos, crescemos, procriamos e depois morremos na nossa terra sagrada, como qualquer ser humano vivente sobre esta terra.

Nossas terras, já comprovado técnica e cientificamente, são garantias de proteção ambiental, sendo preservadas e manejadas pelos povos indígenas, promovendo constantes chuvas com qual as plantações e agronegócios da região do sul e sudeste são beneficiadas e sabemos disso.

Portanto, senhor presidente da República Jair Messias Bolsonaro, considerando a política de diálogo do seu governo na democracia, nós lideranças indígenas, representantes legítimas, estamos prontos para o diálogo, mas também estamos preparados para nos defender.

Carta dos povos Aruak Baniwa e Apurinã

Marcos Apurinã – Povo Apurinã

Liderança Indígena Apurinã da Federação das Organizações e Comunidades Indígenas do Rio Purus; contato – e-mail: marcosapurin@gmail.com; Cel.: (92) 99338-0178

Bonifácio José- Povo Baniwa

Liderança Indígena Baniwa do Alto Rio Negro, membro da Organização Baniwa e Koripako NADZOERI; e-mail: bonibaniwa@gmail.com; Cel.: (92) 98417-0545

André Baniwa – Povo Baniwa Liderança Indígena Baniwa do Alto Rio Negro, Terra Indígena Alto Rio Negro, Presidente da Organização Indígena da Bacia do Içana, OIBI; e-mail: andrebaniwa@gmail.com; Cel.: (92) 98186-7262

ANEXO B – CARTA ASSOCIAÇÃO TATO’A POVO PARAKANÃ

Carta Associação Tato’ a TI Apyterewa Povo Parakanã

30 de novembro de 2020

Associação Indígena Tato’ a, que representa o povo Parakanã e as comunidades da Terra Indígena Apyterewa, sul do estado do Pará, vem ao público manifestar o repúdio à tentativa do Governo Federal de promover atos que, de forma acediosa e enganosa, visam forçar uma conciliação do nosso povo com os invasores da terra indígena, com objetivo de reduzir o nosso território tradicional.

No último dia 18 de outubro de 2020 fomos surpreendidos por uma agenda com representantes do Ministério das Mulheres, Família e Direitos Humanos, na sede de uma fazenda localizada irregularmente dentro do nosso território, na região conhecida como Paredão. Inicialmente, algumas das nossas lideranças foram chamadas para participarem de reunião na base de proteção da Funai, com objetivo de tratar da invasão da terra indígena.

No meio do caminho foram deslocados para sede de uma Fazenda na região do Paredão, na qual já se encontravam representantes do Ministério de Direitos Humanos, representantes dos invasores e da prefeitura de São Félix do Xingu. Neste momento, ficou claro o objetivo da reunião: pressionar as lideranças presentes para aceitarem a proposta de redução dos limites do território. Não por outra razão, a reunião foi feita às escondidas, na sede da fazenda de um ocupante irregular, sem presença do Ministério Público Federal, ou mesmo da Funai, com algumas poucas lideranças do povo Parakanã. Mais uma artimanha do Governo Federal, aliado com os invasores e com a Prefeitura de São Félix, para causar divisão interna e confundir as lideranças do povo Parakanã, com a eterna promessa de que a redução do território resolverá os conflitos e trará paz ao povo Parakanã.

Mais uma vez vimos deixar claro para os toria (“não indígenas”) e para as autoridades que temos uma instância política de tomada de decisão coletiva sobre quaisquer questões que envolvam nosso território e afetem nossos direitos coletivos que é o Conselho do povo Parakanã.

Qualquer reunião feita com poucas lideranças – seja a reunião do último dia 18 de outubro com representantes do Ministério do Direitos Humanos seja outras reuniões –, não tem qualquer validade e não representa a legítima manifestação do nosso povo.

Não esquecemos nunca que o nosso território já foi reduzido no passado com essa mesma conversa de agora do Governo, que esse seria o caminho para trazer paz para o nosso povo. A terra foi reduzida, antes de sua homologação, e a questão da invasão do nosso território não foi resolvida. Ao contrário, mais invasores entraram no nosso território e hoje a terra indígena Apyterewa está como uma das mais desmatadas do Brasil pela atuação de fazendeiros, garimpeiros, madeireiros e colonos. Esse é o jeito do toria, sempre querem mais, destroem tudo e nunca pensam no futuro.

Já há bastante tempo, temos solicitado apoio de diversos órgãos na proteção do nosso território. O Ibama fez algumas ações, mas a pressão política foi mais forte, suspendendo uma operação em março, que acabou com a demissão de parte das pessoas que estavam nos ajudando. Hoje, vimos que está em curso outra operação do Ibama na nossa terra e que existem grandes manifestações contra ela, apoiando as ilegalidades contra nosso povo e nossa terra. Por isso declaramos nosso total apoio para a operação e reforçamos sua necessidade.

Reafirmamos que a terra indígena Apyterewa está homologada desde de 2007 e encontra-se devidamente registrada na Secretaria do Patrimônio da União – SPU, cumprindo toda legislação que regulamenta o processo de demarcação de terras indígenas. O próprio Supremo Tribunal Federal já reconheceu a legalidade do decreto homologatório e todos os processos judiciais que questionaram o processo de demarcação da terra indígena Apyterewa foram

favoráveis ao povo Parakanã, atestando a legalidade de demarcação e validade do relatório antropológico que reconheceu nosso território tradicional.

A Constituição Federal de 1988 estabelece que os direitos dos povos indígenas sobre seus territórios tradicionais são indisponíveis, inalienáveis e imprescritíveis. A ação do Governo de querer propor a redução do nosso território, assediando e dividindo nossas lideranças é uma medida claramente inconstitucional. Sabemos que é dever da UNIÃO demarcar e proteger nosso território tradicional, garantindo uma terra livre de invasores. Essa sempre foi a luta dos nossos antepassados e segue sendo nossa luta. Uma luta por nossos direitos.

Portanto, vimos a público mais uma vez para reforçar que nós, povo Parakanã da Terra Indígena Apyterewa, **NÃO ACEITAMOS A TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO!!!** Não aceitamos negociar nossos direitos! Desintrusão da Terra Indígena Apyterewa **JÁ!**

Associação Indígena Tato'a

Terra Indígena Apyterewa.

ANEXO C – CARTA AS TERRAS INDÍGENAS E AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

AS TERRAS INDÍGENAS E AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

As terras indígenas demarcadas ou não, são relevantes e essenciais para garantir a existência de todos os seres vivos do Planeta Terra.

Aqui ainda encontram-se espécies de animais de nossa fauna e árvores de flora já ameaçados de extinção. Atualmente as terras indígenas demarcadas são pequenas “ilhas” cercadas e pressionadas por grandes áreas de pastagens, plantios de eucaliptos, soja, milho e outras atividades econômicas. Em 2019 e 2020 muitas terras indígenas localizadas na Amazônia, Cerrado e Pantanal foram atingidas e fortemente impactadas por grandes incêndios florestais de origem criminosa. Mesmo demarcadas muitas terras encontram-se invadidas por madeireiros, garimpeiros, pescadores ou permanentemente ameaçadas de invasão. Ainda, as queimadas e desmatamentos que ocorrem em propriedades vizinhas no entorno dos territórios acabam afetando o solo, o ar e as águas dentro das terras indígenas. A seca de nascentes e a contaminação do solo, do ar e das águas por agrotóxicos é um grave problema que temos verificado em muitas terras indígenas, especialmente nos Estados de Mato Grosso, Tocantins, Bahia e Maranhão. As atividades econômicas baseadas no agronegócio, a exploração madeireira, a mineração, carvoarias, a caça e pesca predatória são as principais ameaças aos territórios indígenas; esses têm sido os principais focos de conflitos entre povos indígenas e invasores não indígenas no Brasil.

Alguns estudos e pesquisas apontam que as terras indígenas – demarcadas ou não e as áreas de preservação ambiental representam o “fiel da balança” para manutenção do clima seja no âmbito local, regional ou global. Não resta nenhuma dúvida que os territórios indígenas são importantes e fundamentais para equilibrar o clima, manter a biodiversidade e garantir as condições dignas de sobrevivência para as comunidades indígenas. Nas terras indígenas ainda existem florestas de pé, e somos nós que estamos lutando para que as florestas continuem existindo. Mesmo ameaçadas as florestas dentro das terras indígenas garantem o abastecimento das nascentes, purifica o ar que respiramos e criam condições atmosféricas para que as chuvas caiam com frequência e bem distribuídas, na época certa de cada ano. Queremos manter nossos ribeirões e rios com águas, portanto temos que preservar e deixar nossas florestas vivas. As florestas abastecem as nascentes sustentam águas dos grandes rios, lagos e as represas artificiais. A correta gestão de nossas florestas, também é uma alternativa econômica. Aí está a importância das florestas para sobrevivência de todos os povos indígenas, conservação da biodiversidade, guarda e multiplicação das sementes. Preservar, cuidar e zelar nossas florestas, não pode ser responsabilidade só dos indígenas, deve ser uma obrigação de todo cidadão habitante do Planeta, podemos assim diminuir as ameaças e riscos das Mudanças Climáticas que é realidade e está afetando gravemente nossa saúde, economia, alimentação e espiritualidade. Estamos fazendo nossa parte cuidando de nossos territórios, culturas e modos de Vida. As Mudanças Climáticas estão afetando não só a vida dos indígenas, mas todos os povos do mundo já estão sofrendo os efeitos e consequências dessas mudanças e alterações climáticas.

Queremos cobrar responsabilidades, ainda do governo federal, das autoridades judiciárias e legislativas e também da imprensa. Os governantes da esfera federal devem assumir suas responsabilidades demarcando, protegendo e garantido as terras indígenas conforme nossa Constituição Federal de 88. Os parlamentares devem discutir e aprovar leis que garantam preservação ambiental e punição de infratores. As autoridades do MPF e STF devem aplicar as leis em favor da proteção dos territórios indígenas e do meio ambiente como um todo. O papel da imprensa, deveria ser cobrar providências e medidas dos governos e instituições responsáveis pelo Meio Ambiente. A mídia ainda poderia investigar e destacar a realidade e o problema das Mudanças Climáticas. A Imprensa não pode negar e esconder essa realidade que está nos afetando em escala global. Esses veículos de imprensa devem informar a verdade que está acontecendo.

Mas, infelizmente no Brasil acontece o contrário. Aqui praticar o cuidado e zelo com o Meio Ambiente e só uma “ideologia de comunista” e falar de Mudança Climática é “invenção” das ONGs e ambientalistas.

Ao mesmo tempo uma violenta guerra contra a natureza está em andamento em várias frentes. A ganancia de grupos empresariais em parcerias com governos ameaça de morte nossas florestas, biodiversidade e mananciais hídricos; até mesmo as florestas protegidas dentro das terras indígenas e Unidades de Conservação estão em risco. Nesse ritmo a existência da humanidade também fica seriamente ameaçada e comprometida. A cada dia criminosos avançam sobre o meio Ambiente; desmatando, grilando ou incendiando nossas florestais.

O MATOPIBA está avançando sobre as últimas áreas preservadas do Bioma Cerrado nos estados da Bahia, Tocantins, Maranhão e Piauí. Áreas de Cerrado necessárias para abastecimentos e manutenção das nascentes dos rios São Francisco, Parnaíba, Tocantins, Araguaia estão desaparecendo. O resultado não podia ser outro; nas citadas regiões verifica-se o rastro da degradação ambiental, dos conflitos sociais, da pobreza extrema e da fome. No Cerrado, Amazônia e Pantanal todas as terras indígenas – demarcadas ou não, estão invadidas ou ameaçadas. No meio da pandemia de COVID-19 a pressão política do governo para liberar o garimpo em terras indígenas aumenta a cada novo dia. Há mais de 2 anos que a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB, lideranças indígenas e ambientalistas vem denunciando que a terra indígena Yanomâmi está invadida por mais de 20 mil garimpeiros, mas o governo é conivente e não faz nada para retirar os invasores. Essa é uma guerra premeditada e declarada contra o que ainda resta da floresta amazônica e seus povos originários.

No Brasil real, os povos indígenas, comunidades quilombolas e ribeirinhos sofrem na alma essa violência, omissão e perseguição do governo Jair Messias Bolsonaro. Desde que assumiu o Presidente se empenhou em declarar Medidas contra os direitos indígenas e o Meio Ambiente. Não resta dúvidas que estamos diante de um governo racista, perseguidor e violador dos direitos humanos, que insiste em ignorar e descumprir os Acordos e Tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário. No último dia 24 de fevereiro de 2021, a Instrução Normativa 1/2021 (conjunta) da Fundação Nacional do Índio – FUNAI e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, autorizou “parcerias” entre Associações Indígenas e setores do agronegócio, mineradoras, madeireiras para exploração das terras indígenas. Todo esse absurdo sem o devido cumprimento do Protocolo de Consulta Livre, Prévia e Informada conforme a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT. Junto com a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil- APIB e o Conselho Indigenista Missionário – CIMI repudiamos e pedimos a revogação imediata da tal Instrução Normativa 1/2021.

Diante desse conjunto de ameaças e violência institucional, promovidas pelo próprio Governo Federal cabe nos fazer chegar ao conhecimento de governos, das autoridades da ONU, da OIT e da comunidade internacional esses relatos e denúncias solicitando que alguma pressão política e Medidas Jurídicas sejam adotadas para que o governo de Jair Messias Bolsonaro seja investigado e responda por possíveis Atos lesivos e crimes que esteja praticando contra os Direitos dos povos indígenas e do Meio Ambiente no Brasil.

Terra Indígena Apinajé, 27 de fevereiro de 2021

Assinam esse Documento:

Emilio Dias Apinajé, Presidente da Associação União das Aldeias Apinajé – Pempxà

Edmilson Xaj Apinajé, cacique da aldeia São José

Antonio Verissimo, liderança

Associação União das Aldeias Apinajé – Pempxà